

De regresso ao fascismo

Michael Man, *Fascists*, Cambridge, Cambridge University Press, 2004, 429 páginas.

Robert O. Paxton, *The Anatomy of Fascism*, Londres, Allen Lane, 2004, 321 páginas.

Nancy Bermeo, *Ordinary People in Extraordinary Times. The Citizenry and the Breakdown of Democracy*, Princeton, Princeton University Press, 2003, 265 páginas.

Didier Musiedlack, *Mussolini*, Paris, Presses de Sciences PO, 2005, 436 páginas.

Paul H. Lewis, *Latin Fascist Elites: The Mussolini, Franco and Salazar Regimes*, Westport, Praeger Publishers, 2002, 209 páginas.

O fascismo europeu continua a atrair um considerável número de obras, quer de investigação, quer de divulgação. Nos últimos anos, o estudo comparado do fascismo tem sido dominado por um maior acento nas dimensões ideológicas e culturais, por vezes mesmo com alguma centralidade na ideologia. Com alguma superficialidade, até poderíamos dizer que a análise do chamado «fascismo genérico» foi passando de uma perspectiva sociológica para uma progressiva mas saudável autonomia da política, dando à ideologia e à cultura um lugar bem mais importante do que estas tinham no passado. Por outro lado, este campo de estudo reduziu-se mais em termos disciplinares, com claro predomínio da história e um quase abandono do tema pela sociologia e pela ciência política¹.

* Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

¹ Com algumas exceções, ligadas a estudos sobre crises e quedas de regimes democráticos, casos de Dirk Berg-Schlosser e Jeremy Mitchell (eds.), *Conditions of Democracy in Europe, 1919-39: Systematic Case Studies*, Londres, Macmillan, 2000, e, dos mesmos autores (eds.), *Authoritarianism and Democracy in Europe, 1919-39: Comparative Analyses*, Londres, Palgrave, 2003, ou do próprio livro de Nancy Bermeo aqui recenseado.

Fascists, do destacado sociólogo Michael Mann, representa um saudável regresso à análise comparada do fascismo e do seu papel na crise e colapso da democracia, provindo da melhor tradição das ciências sociais, nomeadamente da sociologia histórica comparada. Com a sua obra, a sociedade e a política estão de volta nos estudos sobre o fascismo. Interrompendo ou realizando ligeiros desvios à sua *opera majore* *The Sources of social Power* (1986 e 1993), Mann utiliza a vastíssima literatura académica sobre o fascismo para esboçar uma análise do fenómeno e das condições do seu sucesso. Por outras palavras, o seu livro é um regresso às perguntas clássicas: quem eles são, como crescem e apoiados por quem? Que condições são mais favoráveis à sua tomada do poder? Mann tenta construir um modelo para uma análise dinâmica e não meramente taxonómica do fascismo através de seis estudos de caso, aqueles onde o fascismo foi um movimento importante no derrube da ordem liberal e democrática e chegou ao poder quer como força dominante, quer como parceiro menor: Itália, Alemanha, Áustria, Hungria, Roménia e Espanha.

Ainda que provindo de um campo disciplinar diferente, *The Anatomy of Fascism*, do historiador Robert O. Paxton, também não deixa de ser uma reacção crítica ao «centrismo da ideologia» dos últimos anos. Aliás, porque provém do campo disciplinar da história, a crítica ao «culturalismo» está mais presente neste último autor, mais marcado pelos debates da «fascistologia» do que Mann e tentando colocar as ideias no seu devido lugar. Nas suas próprias palavras, «o que o fascismo *fez* diz-nos pelo menos tanto como o que *disse*», o que motivou algumas reacções por parte de historiadores como Zeev Sternhell ou Roger Griffin².

Seria redutor afirmar que a obra de Paxton é o desenvolvimento do seu já famoso artigo «The five stages of fascism», mas, em termos estritamente teórico-metodológicos, é isso mesmo³. O que Paxton faz neste livro, que culmina muitos anos de estudo e ensino do tema e foi destinado a um público mais alargado do que o dos especialistas, é apresentar uma visão global do fenómeno fascista, desenvolvendo e sofisticando este artigo seminal. A estrutura do livro segue, aliás, o ciclo das cinco etapas: a criação dos movimentos; o seu enraizamento no sistema político; a sua tomada do poder; o exercício do poder; «finamente, a longa duração, durante a qual o regime fascista escolhe ou a radicalização ou a entropia» (p. 23). Segundo Paxton, esta opção permite mais facilmente ilustrar como o fascismo, «longe de ser

² V. a crítica indirecta de Zeev Sternhell (*New York Review of Books*, vol. 52, n.º 8, 12 de Maio de 2005), comentando a recensão de Adrian Lyttelton à obra de Paxton (*New York Review of Books*, vol. 51, n.º 16, 21 de Outubro de 2004), e a muito crítica nota de leitura de Roger Griffin in *American Historical Review*, vol. 109, n.º 5, Dezembro de 2004, pp. 1530-1531.

³ V. Robert O. Paxton, «The five stages of fascism», in *Journal of Modern History*, vol. 70, n.º 1, Março de 1998, pp. 1-13.

estático, foi uma sucessão de processos e escolhas», o que requer diferentes instrumentos conceptuais para cada etapa.

O QUE É O FASCISMO?

Confesso não saber donde vem esta tendência para as «definições curtas» de fascismo. As definições são, obviamente, centrais para a operacionalização da análise, mas algumas são quase *sound bites*. Não me lembro de semelhante obsessão nos estudos sobre o comunismo ou sobre as democracias, mas, quer Mann, quer Paxton, não resistiram à tentação dos seus antecessores. Felizmente, as obras em análise são muito mais ricas do que estas definições e, sobretudo no primeiro caso, estas representam a âncora de um sofisticado conjunto de hipóteses sobre o sucesso ou insucesso do fascismo. Por outras palavras, elas são instrumentos de análise que estruturam a análise e a narrativa.

Mann abre o livro com a sua definição de fascismo em termos de valores, acções e organizações de poder dos fascistas. «Mais concisamente, o fascismo é a busca de um estatismo nacionalista transcendente e depurador através do paramilitarismo» (p. 13). Os cinco termos centrais, alguns com tensões internas, são nacionalismo, estatismo, transcendência, depuração e paramilitarismo. Alguns destes não requerem introdução com grande pormenor, pois são relativamente consensuais:

1. *Nacionalismo*: a «filiação profunda e populista de uma nação ‘orgânica’ e ‘integral’».
2. *Estatismo*: aqui trata-se de objectivos e formas de organização. A concepção orgânica impõe um Estado autoritário, corporizando uma vontade coesa e singular expressa por uma elite partidária que adere ao «princípio da liderança» (p. 14). Mann apercebe-se das tensões entre «movimento» e «burocracia», afirmando que o fascismo «foi mais totalitário nos seus objectivos de transformação do que na forma de regime» (*ibid*).
3. *Transcendência*: aqui estamos na típica «terceira via» do fascismo. Mann sublinha que o núcleo duro do apoio ao fascismo só pode ser compreendido tomando a sério «as suas aspirações transcendentais». «O seu centro de gravidade não foi a classe, mas a nação e o Estado» (p. 15).
4. *Depuração*: «A maioria dos fascismos doseou em diferentes graus programas de saneamento étnico e político» (p. 16)⁴.

⁴ O seu estudo sobre este tema foi entretanto publicado: Michael Mann, *The Dark Side of Democracy. Explaining Ethnic Cleansing*, Nova Iorque, Cambridge University Press, 2005.

5. *Paramilitarismo*: regressamos a um valor central e uma forma de organização do fascismo. Como muitos outros analistas do tema antes dele, Mann sublinha que «o que distingue os fascistas de muitas ditaduras monárquicas e militares do mundo é esta dimensão violenta e «de baixo para cima» do seu paramilitarismo, que lhe trouxe popularidade eleitoral e entre as elites (*ibid*).

No fundamental, não estamos longe de outras definições, nomeadamente da já clássica «descrição tipológica» de Stanley G. Payne, para dar apenas um exemplo⁵. Mann diz que combinações diversas da sua definição podem dar movimentos «mais ou menos fascistas», mas que não teve imaginação para «colocar movimentos fascistas (cada um deles, obviamente, único) num espaço pentadimensional» (p. 17). Mas um dos grandes problemas da operacionalidade desta sua definição, como veremos à frente, é que ela diz respeito a diferentes unidades: às vezes refere-se a partidos ou movimentos, outras vezes a regimes políticos e, por vezes, aos dois.

Este problema está também presente na obra de Paxton, pois «uma definição que faça plena justiça ao fenómeno do fascismo deve aplicar-se às etapas tardias tão efectivamente como se aplica às etapas iniciais» (p. 206). Ao contrário de Mann, este historiador segue uma estratégia narrativa diversa e dá-nos a sua definição no fim do livro: «O fascismo pode ser definido como uma forma de comportamento político marcado por preocupações obsessivas com o declínio, humilhação ou vitimização da comunidade e por cultos compensatórios de unidade, energia e pureza nos quais um partido sustentado por uma ampla base de empenhados militantes nacionalistas, a trabalhar em incómoda mas efectiva colaboração com as elites tradicionais, abandona as liberdades democráticas e procura alcançar com violência reudentora e sem limites éticos ou legais objectivos de depuração interna e de expansão externa» (p. 218).

Paxton vê o fascismo «principalmente como fenómeno político», mas a sua tentativa de equilíbrio entre as diversas etapas na definição é muito difícil de operacionalizar, pois, como veremos à frente, este não parte de uma «âncora» precisa, sublinhando a necessidade de utilizar diferentes instrumentos conceptuais para cada etapa: «O fascismo em acção assemelha-se muito mais a uma rede de relações do que a uma essência fixa» (p. 207).

Como é fácil de ver, existem alguns pontos comuns às duas definições e a primeira é desde logo o trinómio ideologia/acção colectiva/formas de organização. Ambas criticam, de diferentes modos, a «viragem cultural-linguística». Nas palavras simples de Mann, em crítica explícita a Roger Griffin, autor

⁵ Stanley G. Payne, *A History of Fascism, 1914-1945*, Madison, The University of Wisconsin Press, 1995, p. 7.

do influente *The Nature of Fascism*⁶, «sem organizações de poder, as ideias nada podem fazer», pelo que temos de acrescentar aos seus valores «programas, acções e organizações» (p. 12).

Para ser sincero, não penso que valha a pena perder muito tempo com a discussão *ideologia versus praxis política e instituições* entre «fascistologistas», debate que já atingiu contornos paroquiais. No passado, algumas polémicas historiográficas sobre a importância relativa da ideologia foram importantes, nomeadamente pela negação de alguma historiografia marxista (e não só) da importância das ideias no fascismo, como em Itália, ou ainda sobre o peso relativo do fascismo em França nos anos 80, e vários historiadores deram contributos centrais nestas polémicas localizadas⁷. Algumas discussões foram mais generalizadas, como os debates em torno do conceito de totalitarismo, ou «fascismo versus autoritarismo», para caracterizar as ditaduras de direita do período⁸. Quase todas estas polémicas tiveram, aliás, uma componente «ideológica», mas a maioria dos historiadores marcantes da ideologia fascista ensaiaram definições de fascismo que integram também o tipo de partido e a forma de regime⁹. Fazendo a síntese em 1995, Stanley G. Payne sublinhava que a «complexidade do fascismo não pode ser adequadamente descrita sem recurso a uma tipologia relativamente complexa, por muito louvável que o princípio da parcimónia possa ser»¹⁰.

ONDE, QUEM, COMO E PORQUÊ?

Mais consensual e de acordo com muitos historiadores, Man considera o fascismo «europeu-epocal», para utilizar a expressão de Roger Eatwell,

⁶ Roger D. Griffin, *The Nature of Fascism*, Londres, Pinter, 1991. V. a sua recensão de *Fascists*, onde este refere que Mann não acrescenta nada de substancialmente novo à perspectiva sociológica e comparativa de Juan Linz, com quase três décadas, e considerando a sua definição um «anticlímax», in *History Today*, vol. 54, 11, Novembro de 2004, p. 78.

⁷ Sobre o chamado «debate Sternhell», em torno do fascismo em França, v. António Costa Pinto, «Fascist ideology revisited: Zeev Sternhell and his critics», in *European History Quarterly*, vol. 16, 1986, pp. 466-483; v. também Roger Eatwell, «On defining the 'fascist minimum': the centrality of ideology», in *Journal of Political Ideologies*, 1996, 1 (3), pp. 303-319.

⁸ V. Juan J. Linz, *Authoritarian and Totalitarian Regimes*, Boulder, Lynne Rienner, 2000.

⁹ Emilio Gentile, por exemplo, definia o fascismo italiano como «an experiment in political domination undertaken by a revolutionary movement [...] that aspires toward a monopoly of power and that [...] constructs a new state based on a *single party-regime*, with the chief objective of *conquering society*» (cf. «Fascism and the Italian road to totalitarianism», comunicação apresentada no 19th International Congress of Historical Sciences, Oslo, 6-13 de Agosto de 2000, p. 3; v. Emilio Gentile, *Fascismo. Storia e interpretazione*, Bari, Laterza, 2002).

¹⁰ Payne, *A History*, p. 5.

uma variante das reacções autoritárias num quadro de crise¹¹. No entanto, «as noções de crise geral são muito úteis para explicar a vaga de autoritarismo em termos gerais, mas não tanto para explicar a ascensão dos movimentos fascistas [...]» (p. 48). É neste contexto de crises da democracia no período entre as duas guerras que lhe teria sido útil integrar na análise o excelente estudo da politóloga de Princeton Nancy Bermeo, que ela própria define como «uma história política comparativa» do papel dos cidadãos comuns no colapso da democracia, significativamente intitulado *Ordinary People in Extraordinary Times*.

Bermeo analisa dezassete casos de tomada do poder por movimentos autoritários na Europa nas décadas de 20 e 30, testando a hipótese da polarização¹². No clássico modelo do politólogo italiano Giovanni Sartori de «pluralismo polarizado», a mensagem é a de que «os sistemas partidários (e as elites partidárias) têm de refrear a polaridade inerente às democracias políticas. Se os sistemas partidários se revelarem incapazes de limitar tanto o espectro ideológico como o número de partidos [...] as forças centrífugas despedaçarão a democracia» (p. 19). Ainda que não negue a validade da hipótese segundo a qual «os actores políticos, quando se agrupam em campos ideológicos opostos e distantes, deixam vago o centro e tornam a democracia vulnerável ao colapso», Bermeo prova que as pessoas comuns são os «obreiros da polarização» apenas num pequeníssimo número de casos e que «as deserções em massa para partidos extremistas são raras» (p. 5). A polarização da elite tem muito mais peso no colapso da democracia.

Para provar a sua tese, Bermeo estuda dois níveis de polarização: a *polarização privada* — mudanças nas preferências de voto — e a *polarização pública* — mobilizações e contramobilizações no espaço público. A sua conclusão é que a queda das democracias são sobretudo «histórias de fracasso das elites» (p. 6). Para comprovar a hipótese clássica da polarização, cada democracia deveria assim ter conhecido «partidos anti-sistema relevantes» situados «com dois graus de separação» no espectro esquerda-direita, «oposições bilaterais e mutuamente exclusivas que desgastassem os governos democráticos em colapso» e, de modo mais importante, o «enfra-

¹¹ Roger Eatwell, «Towards a new model of generic fascism», in *Journal of Theoretical Politics*, 4 (2), 1992, pp. 161-194, e «Universal fascism? Approaches and definitions», in Stein U. Larsen (ed.), *Fascism Outside Europe*, Nova Iorque, SSM-Columbia University Press, 2001, pp. 15-45; v. também Aristotle Kallis, «The 'regime-model' of fascism: a typology», in *European History Quarterly*, vol. 30, Janeiro de 2000, pp. 77-104.

¹² A obra de Nancy Bermeo estuda a experiência europeia do período entre as duas guerras e as da América Latina dos anos 60 e 70, mas só a introdução e a primeira parte do livro serão alvo de análise aqui (v. alguma recensões que se concentram sobre os capítulos dedicados à América: W. Rand Smith, in *Latin American Politics and Society*, vol. 46, 3, 2004, pp. 131-134, e Frances Hagopian, «What makes democracies collapse?», in *Journal of Democracy*, vol. 15, n.º 3, Julho de 2004, pp. 166-169).

quecimento» do centro e a «prevalência das forças centrífugas sobre as centrípetas» (p. 52). Os cidadãos comuns, enquanto votantes, abandonariam os partidos centristas e transfeririam o seu apoio para os extremos. Só a segunda característica está presente na quase totalidade dos casos, mas também naqueles onde a democracia sobrevive, o que não ajuda muito. Nos outros casos, a polarização é mais óbvia nas elites e apenas no espaço público.

Bermeo ilustra a reacção exagerada das elites conservadoras àquilo a que ela chama a «polarização nos espaços públicos». Para Mann, aqui «a classe revestiu-se de uma profunda importância, se bem que de um modo bastante peculiar», pois as classes altas exageram muito os perigos, «adoptando uma atitude defensiva de um modo demasiado abrupto e prematuro» (p. 25). Mas isto não permite explicar o fascismo, «já que apenas alguns países desta zona geraram efectivamente o fascismo de massas e, geralmente, não o fizeram por iniciativa das classes altas» (p. 25). Como sublinha Bermeo, «a ascensão do fascismo e a queda das democracias do período entre as guerras não são processos sinónimos. De facto, utilizar os casos de vitória fascista como base para generalizações sobre o colapso da democracia pode ser altamente enganador» (p. 22).

As hipóteses de Bermeo não deslegitimam as escolhas de Mann, pois a estratégia de localização dos estudos de caso que este escolheu é relativamente óbvia: ele parte da metade da Europa (quase toda a central, oriental e do Sul) onde o autoritarismo venceu e escolhe aquela onde o fascismo emergiu, enquanto variante da família autoritária, e foi importante na queda da democracia. A força relativa do fascismo enquanto movimento foi de facto maior na Alemanha, Hungria, Áustria e Itália e, sobretudo, este chegou ao poder com mais ou menos apoio social e político. A Espanha foi escolhida para exemplificar um caso no qual o «fascismo permaneceu como um membro subordinado da família autoritária» (p. 30).

Mann concentra-se também no quadro das macroteorias sobre a crise da democracia e a ascensão das ditaduras, procurando aquelas que são também operativas para o fascismo, testando sucessivamente as hipóteses relacionadas com a economia, a política e a ideologia, muito embora exista alguma falta de precisão e uma prosa fluida e cheia de excepções.

Existe uma longuíssima bateria de estudos que correlaciona ditaduras e graus de desenvolvimento económico. Em termos empíricos, com a excepção alemã, parece evidente que «a ascensão do autoritarismo foi sobretudo um problema dos países menos desenvolvidos da Europa de entre as guerras», mas os movimentos fascistas mais importantes emergiram em todos os «níveis de desenvolvimento», pelo que o fascismo parece não estar relacionado com o «nível de desenvolvimento económico» (p. 51).

A relação entre fascismo e conflito de classes fez correr rios de tinta académica e política. Para Mann, «essas motivações da classe capitalista

tinham menos a ver com o lucro do que com a defesa da propriedade» e, «na ideologia da época, a propriedade estava associada a dois valores sociais desejáveis fundamentais: ordem e segurança» (p. 63). Talvez «devido ao papel que a ideologia desempenha numa definição de ‘interesses’ mais ampla do que a sugerida pela teoria da escolha racional» (p. 63). Mann aponta cinco razões para a reacção, todas bem conhecidas: o «dilema da segurança»; a vulnerabilidade dos direitos de propriedade dos proprietários rurais; a ameaça da esquerda à «autonomia tipo casta» dos militares; a reacção das igrejas perante o secularismo de esquerda; a geopolítica, que marcava também o «problema da ordem» (p. 356). Na área militar, subestimada muitas vezes pelas ciências sociais, Mann sublinha sobretudo alguns legados da primeira guerra mundial, mas aqui a dimensão mais operativa é a «ligação entre o poder militar e ideológico na ascensão dos valores paramilitares».

Poderíamos continuar, mas o problema é que muitas das clivagens anteriormente analisadas remetem para o autoritarismo em geral. Como Mann reconhece, «a principal divisão — tanto conceptualmente como geograficamente — era entre a democracia liberal e formas de autoritarismo de direita» (p. 90). Onde é que entram os fascistas? Na sua conclusão, a clareza não é o seu forte, pois Mann considera-os «criados entre a direita autoritária», ainda que «distintivos», pois «a sua organização e os seus valores não lhes permitiam ser simplesmente um veículo para interesses de classe. Organizacionalmente, eram um movimento ‘de baixo para cima’, e não de cima para baixo. E eram impelidos para o ‘radicalismo’ pelos seus próprios valores fundamentais [...]» (p. 358). Mas caracterizá-los segundo estas linhas não explica o seu sucesso em alguns casos. Como ele próprio reconhece, é mais fácil generalizar sobre as causas *da ascensão* do autoritarismo do que do fascismo.

Fascists é mais interessante na tentativa de caracterização dos «contextos sociais» que presidiram ao crescimento do fascismo do que na análise dos regimes e suas instituições. Para isso ele baseia-se numa enorme colecção de literatura secundária que, aliás, expressa a vitalidade dos estudos monográficos nacionais.

Mann situa o crescimento do fascismo em torno de quatro crises, associadas às quatro fontes de poder: «guerra entre exércitos de massas de cidadãos, grave conflito de classes exacerbado pela grande depressão, uma crise política resultante de uma tentativa de transição rápida por parte de muitos países para o Estado-nação e um sentido cultural de contradição e decadência civilizacional» (p. 23). Tudo isto enfraqueceu a capacidade de funcionamento das elites e o fascismo oferecia soluções para as quatro crises. Apesar de o fascismo ter causas diferentes em cada país, este «era mais forte nos países onde se verificavam claramente combinações das quatro» (*ibid.*).

618 O autor concentra-se de seguida nos três «‘eleitorados fascistas’ fundamentais

onde os valores e organizações fascistas atrás identificados tinham mais eco e que assim viriam a organizar movimentos fascistas propriamente ditos» (p. 26). Mann inclui aqui a categoria ampla dos «seguidores», que eram militantes, bem como eleitores:

1. *Círculos que favoreciam o paramilitarismo*: o núcleo fascista consistia, em toda a parte, em duas gerações sucessivas de jovens do sexo masculino que atingiram a maioria entre a primeira guerra mundial e o final da década de 30. Produto de socialização «moderna» e «moral» de duas instituições, o ensino secundário e superior e as forças armadas, «que encorajavam o militarismo».
2. *Círculos que favoreciam a transcendência*: a composição social do fascismo é complexa e variável. Mais importante é a sua localização no sector económico: «regra geral, o fascista era oriundo de sectores que não se encontravam na linha da frente da luta organizada entre o capital e o operariado» e favorecia os movimentos que transcendessem a luta de classes (p. 27).
3. *Círculos que favoreciam o estatismo nacionalista*: «Os fascistas encontravam-se no cerne da nação ou do Estado [...] a sua localização era similar em todos os países: sobretudo soldados e veteranos, mas também funcionários públicos, professores e trabalhadores manuais do sector público, eram, todos eles, desproporcionalmente fascistas» nos países onde emergiu o fascismo de massas (p. 27).

É com esta grelha que ele analisa os casos nacionais. Apesar de não poder aqui fazer justiça aos capítulos sobre os cinco casos que estuda e estes serem muito ricos em informação e análise (ainda que por vezes confusos), as conclusões finais são algo pobres na explicação do sucesso dos fascistas¹³.

No caso italiano, «a intensa luta de classes, o paramilitarismo do pós-guerra e um antigo regime enfraquecido». No caso alemão, o paramilitarismo foi, uma vez mais, um factor importante; já a luta de classes, ainda que relevante, não foi dominante. Ao contrário do fascismo italiano, o nazismo foi também um movimento popular em termos eleitorais. «Assim, o estatismo nacionalista transcendente dos nazis foi suficientemente popular para o conduzir ao poder» (p. 362).

¹³ Alguns estudiosos (por exemplo, Franklin H. Adler, in *Comparative Political Studies*, vol. 38, n.º 6, Agosto de 2005, p. 733) apontaram diversos erros factuais no livro de Michael Mann, e é natural numa obra comparativa que tal aconteça, mas um revisor mais atento poderia ter evitado muitos. Limito-me a dois exemplos: Portugal não foi neutral, mas participou na primeira guerra mundial ao lado dos aliados, sofrendo pesadas baixas na frente (p. 67); Mann fala da Terceira República espanhola, mas é a Segunda (p. 363), etc.

O fascismo austríaco estava dividido entre dois movimentos rivais. «Os paramilitares de ambos os partidos tentaram golpes, mas só chegaram ao poder com a ajuda do poder militar de um Estado» (*ibid.*). Os fascismos húngaro e romeno surgiram apenas em meados da década de 30, bem depois da ameaça da esquerda, «pelo que os fascistas não tinham tendência capitalista; na verdade, tornaram-se bastante proletários em termos da sua composição. Em ambos os casos, o paramilitarismo foi utilizado mais como um instrumento eleitoral do que como uma forma de dominar os rivais ou de tomar o poder.» No final, o poder militar triunfou sobre o paramilitar e os autoritários radicais triunfaram sobre os fascistas. Foi apenas o caos da guerra que permitiu aos fascistas uma breve vitória (p. 363). No caso espanhol, o «velho regime sofrera menos desgaste do que qualquer outro dos casos estudados, pelo que foram os autoritários conservadores, e não os fascistas, a dominar» (*ibid.*).

Apesar de a explicação de cada caso requerer factores locais, quais são «as forças comuns que determinam o poder dos fascistas»? Uma que teve uma importância menor foi a «ameaça operária». Não tem correlação com a força fascista. Para os militantes, a principal atracção residia na capacidade de aprisionar jovens solteiros do sexo masculino na «gaiola» da camaradagem, da hierarquia e da violência. O fascismo atraía também um substancial apoio eleitoral baseado na combinação das três primeiras características fascistas de Mann: o estatismo, o nacionalismo e a transcendência da classe. No final, «a popularidade do fascismo foi também profundamente afectada pela força e estabilidade políticas do conservadorismo de Antigo Regime, o qual (mais do que a democracia liberal ou social) era o principal rival do fascismo» (p. 364). Para concluir, «o fascismo resultou do processo de *democratização* num contexto de crises profundas causadas pela guerra» (p. 365).

Paxton é bem menos ambicioso na análise dos factores de sucesso dos movimentos fascistas. Os seus capítulos sobre a emergência do fascismo salientam sobretudo o facto de, citando Juan Linz, o fascismo ser um «fenómeno tardio», sublinhando uma pré-condição: a política de massas. O recrutamento e as bases sociais ocupam três ou quatro páginas do seu livro. O seu principal objecto é justamente evitar os «falsos caminhos» de estudar o fascismo «pelas suas origens». Ele escolhe dois casos de sucesso (Itália e Alemanha) e um de insucesso (França) e realiza breves estudos regionais e um nacional (Po Vale, Schleswig Holstein e França) para ilustrar as condições que ajudaram ao desenvolvimento dos movimentos fascistas. Nada de muito orientado para as «ciências sociais». Algumas declarações de princípio contra a «inevitabilidade» e a tentativa de uma descrição que possa «abrir espaço para [...] as escolhas humanas na explicação». O roteiro de Paxton é conhecido, mas pouco estruturado e hierarquizado: violência, nacionalismo, polarização. O forte da análise de Paxton está na elegante análise

dos processos e na conjuntura de acesso ao poder. Como ele escreve, «o sucesso fascista dependia tão fortemente dos seus aliados [...] como das qualidades especiais dos próprios movimentos». É exactamente por isso que ele dedica um capítulo à «derradeira pré-condição essencial do fascismo bem sucedido: [a existência de] decisores políticos dispostos a partilharem o poder com os concorrentes fascistas» (p. 86).

Descrevendo os casos da Itália e da Alemanha, Paxton começa por nos dizer o que não aconteceu: maioria eleitoral ou insurreições vitoriosas, tentando uma descrição «não determinista» que salienta o que é que os fascistas ofereciam (apoio de massas, novos rostos, a fórmula mágica para conquistar os trabalhadores e afastá-los do marxismo, a superação da desordem) aos conservadores e o que é que leva os conservadores a «escolherem a opção fascista», rejeitando outras alternativas (p. 102). Resumindo: «Os fascistas ofereciam uma nova receita para governar com o apoio popular, mas sem partilhar o poder com a esquerda e sem qualquer ameaça aos privilégios económicos e sociais e ao domínio político dos conservadores. Os conservadores, por seu turno, detinham a chave para a porta do poder» (p. 104). Estamos, portanto, no mais puro exercício de uma escolha racional das elites. A «revolução» vem depois da tomada do poder.

Paxton está de acordo com Bermeo em que a crise da democracia e o fascismo estão longe do casamento, pois a desgraça de uma não tem de ser a felicidade do outro: no meio da crise é a decisão dos conservadores que está no cerne da felicidade fascista. «Para que as coisas encaixem [no modelo de Paxton] basta que exista polarização, um beco sem saída, mobilização maciça contra inimigos internos e externos e cumplicidade por parte das elites existentes» (p. 116). Mas por que é que eles decidiram chamar os fascistas? «Se os conservadores pudessem governar sozinhos, fá-lo-iam.» Como Mann e quase toda a historiografia antes dele, Paxton reconhece que «regimes conservadores de todos os tipos têm constituído um terreno desfavorável à subida ao poder do fascismo» (p. 111). Mas no caso italiano e alemão a crise favoreceu os fascistas e estes foram cooptados para o poder. Paxton parece apoiar-se no poder de escolha das elites: «[o modelo] funciona melhor se entendermos a tomada de poder fascista como um processo: formam-se alianças, fazem-se escolhas, perdem-se alternativas». As crises prepararam o terreno, mas «foram as escolhas infelizes de um punhado de poderosos líderes do *establishment* que verdadeiramente instalaram os fascistas nesse terreno» (p. 118).

O EXERCÍCIO DO PODER

Mann não era obrigado a apresentar uma tipologia dos regimes ditatoriais associados ao fascismo para justificar a selecção de casos, pois o seu

critério foi a escolha daqueles onde os movimentos fascistas chegaram ao poder. Aliás, a sua obra só lateralmente estuda o poder político e o seu tipo de funcionamento nos novos regimes, mas, como estes estão indissociavelmente ligados ao tipo de crise e aos diferentes actores da queda das democracias, ele sentiu-se na obrigação de apresentar a sua tipologia (de regimes): «semi-autoritário; autoritário semi-reaccionário; corporativo; e, finalmente, fascista» (pp. 43-48).

No final, Mann não consegue captar o que é um regime fascista (só a Alemanha e a Itália) porque estes «nunca se tornaram institucionalmente consolidados» e o que lhe interessa «não são tanto os regimes reais, mas os regimes futuros planeados pelos movimentos fascistas mais importantes», já que aquilo que ele procura explicar é «o modo como estes ideais futuros surgiram e se tornaram poderosos, contra o pano de fundo dos regimes autoritários atrás definidos» (p. 48). O objectivo é legítimo, mas muitas ditaduras contemporâneas do fascismo, com a excepção do salazarismo e do franquismo, duraram menos e tiveram um grau de institucionalização incipiente. Resumindo, no campo das tipologias dos regimes, o seu contributo não parece de grande utilidade¹⁴.

Paxton dedica metade do seu livro ao funcionamento do novo poder na Itália e na Alemanha, coerente com a sua caracterização de que «o fascismo no poder é um composto, uma poderosa amálgama de diferentes mas conciliáveis ingredientes conservadores, nacional-socialistas e da direita radical unidos contra inimigos comuns [...]» (p. 206). Optando pela via analítica da «poliocracia e do Estado dual»¹⁵, já com larga tradição nos estudos sobre o nazismo, e tentando novas aplicações da mesma, nomeadamente para a Itália de Mussolini, este historiador tem como grelha de análise dos regimes fascistas as «tensões» entre quatro pólos do poder, que já vinham do seu artigo de 1998, «a luta quádrupla pelo domínio»:

O líder fascista, o seu partido (cujos militantes clamavam por emprego, emolumentos, aventuras expansionistas e a realização de alguns elementos do seu programa radical inicial); o aparelho de Estado (funcionários, como comandantes da polícia e das forças militares, magistrados e governantes locais); finalmente, a sociedade civil (detentores do poder social, económico, político e cultural, como associações profissionais, grandes industriais e produtores agrícolas, igrejas e líderes políticos conservadores). Estas tensões concederam a estes regimes a sua característica mistura de activismo febril e aspecto informe [pp. 123-124].

¹⁴ V. Adler, p. 733.

¹⁵ Ernst Fraenkel, *The Dual State*, Nova Iorque, Oxford University Press, 1941; v. também Hans Mommsen, *From Weimar to Auschwitz*, Princeton, Princeton University Press, 1991.

Alguns dos pólos não são bem definidos por Paxton e variaram do artigo para o livro. É o caso das forças armadas, que desapareceram do segundo, e da amálgama na categoria da «sociedade civil», que agrega agora o que poderíamos chamar «interesses organizados» e ainda as igrejas, mas a hipótese é bastante frutífera. É, pois, nesta perspectiva que ele compara as duas ditaduras, concentrando-se na liderança carismática e no «braço-de-ferro» entre fascistas e conservadores, líderes e partido, e partido e Estado. A perspectiva não é nova, mas é com grande elegância analítica e comparativa que ele ilustra a dinâmica de funcionamento do fascismo no poder em torno destes eixos. Mais importante, ele salienta que estas são as diferenças fundamentais das outras variantes do poder autoritário no período, que desconhecem estas «tensões». Eu sou talvez um mau crítico de Paxton, porque tendo a identificar-me com as suas hipóteses.

A história está feita, nesta perspectiva, para o funcionamento do nazismo¹⁶. Paxton acha que o fascismo italiano pode ser também interpretado com os mesmos instrumentos, «como uma versão italiana do Estado dual», apesar de Mussolini ter «concedido muito mais poder ao Estado normativo do que Hitler» (p. 122).

A chefia carismática é para Paxton um dos traços identificadores das ditaduras fascistas, apesar de os estilos de governação de Hitler e de Mussolini terem sido diferentes. Mas, se Hitler já foi alvo de inúmeros estudos, as biografias de Mussolini sofreram um súbito impulso com a publicação de duas volumosas obras sobre o ditador italiano¹⁷. É nesta esteira que o historiador francês Didier Musiedlack, autor de um excelente estudo sobre a classe política fascista, escreveu uma biografia mais próxima do estilo «breve», mas particularmente interessante, porque se trata de um estudo biográfico menos narrativo, preocupando-se com a análise da construção do mito de Mussolini, a sua afirmação carismática e o seu lugar no funcionamento do regime fascista¹⁸. A constante referência ao papel das instituições na construção do «mito do *duce*», no processo de tomada de decisão, e ao inacabado «Estado dual» aproxima Musiedlack de Paxton.

Nesta biografia, a passagem de Mussolini de chefe de governo a *duce* está particularmente bem ilustrada, assim como a sacralização da sua figura, obra quer de um aparelho de propaganda, quer do partido, que era a principal fonte de poder independente das velhas elites, incluindo o rei. Como salienta

¹⁶ V. a obra pioneira de Martin Broszat, *The Hitler State*, Londres, Longman, 1981, e Norbert Frei, *National Socialist Rule in Germany: The Führer State, 1933-1945*, Oxford, Blackwell, 1993.

¹⁷ Pierre Milza, *Mussolini*, Paris, Fayard, 1999; R. J. B. Bosworth, *Mussolini*, Londres, Arnold, 2002.

¹⁸ Sobretudo sobre o Senado, v. Didier Musiedlack, *Lo stato fascista e la sua classe politica, 1922-1943*, Bolonha, Il Mulino, 2003.

Musiedlack, «face ao partido fascista, a atitude de Mussolini é, num certo sentido, sempre coerente, negando ao partido a paridade com o Estado e, *a fortiori*, toda a ideia de supremacia do partido sobre o Estado», mas «Estado e partido encontram a sua unidade no seio de uma união pessoal em volta do chefe» (p. 317). Mussolini foi, utilizando a tipologia de Hans Mommsen, um «ditador forte», centralizando grande parte da decisão, concentrando pastas ministeriais na sua pessoa, mesmo que, até ao final dos anos 30, fosse obrigado a coexistir com «um sistema de produção legislativa que, ainda que reformado, se mantinha» (p. 390).

Curiosamente, como sublinha Didier Musiedlack, os estudos sobre o processo de tomada de decisão e a elite governante fascista são escassos. Ora a rica e já antiga tradição dos estudos sobre as elites da ciência política pode dizer-nos alguma coisa sobre a estrutura e funcionamento do poder político nas ditaduras associadas ao fascismo, quer pela caracterização da estrutura sócio-profissional, quer sobretudo pelos modos de recrutamento da elite política, expressando o seu grau de ruptura e/ou continuidade com o regime liberal, o tipo de chefia, o poder relativo das instituições no novo sistema ditatorial e outros aspectos que discutimos atrás. É o que faz Paul H. Lewis, um politólogo latino americanista e autor de dois artigos pioneiros sobre a elite ministerial das ditaduras ibéricas¹⁹. Em *Latin Fascists Elites* ele actualiza e desenvolve estes estudos e acrescenta-lhe o fascismo italiano, curiosamente aquele para o qual existe maior número de biografias, mas, *tanto quanto sei*, sem síntese comparativa com os seus congéneres da Europa do Sul²⁰.

O livro de Lewis é muito informativo e a sua estrutura permite-nos não só observar as mudanças de composição dos governos no tempo, visto que apresenta uma periodização convincente, como também uma classificação

¹⁹ V. Paul H. Lewis, «The Spanish ministerial elite, 1938-1969», in *Comparative Politics*, vol. 5, 1, 1972, pp. 83-106, e «Salazar's ministerial elite, 1932-1968», in *Journal of Politics*, 40, Agosto de 1978, pp. 622-647. As ciências sociais espanholas produziram, entretanto, um excelente número de estudos sobre as elites políticas e a estrutura do poder do franquismo [v. Ricardo Chueca, *El Fascismo en los Comienzos del Régimen de Franco. Un Estudio sobre la FET-JONS*, Madrid, CIS, 1983, Miguel Jerez Mir, *Elites Políticas y Centros de Extracción en Espanha, 1938-1957*, Madrid, CIS, 1982, e Antonio Cazorla Sánchez, *Las Políticas de la Victoria. La Consolidación del Nuevo Estado Franquista (1938-1953)*, Madrid, Marcial Pons, 2000].

²⁰ Na maioria dos casos, os estudos realizados mais recentemente incluem o salazarismo e o franquismo, mas não o fascismo italiano, caso de Pedro Tavares de Almeida, António Costa Pinto e Nancy Bermeo (eds.), *Who Governs Southern Europe? Regime Change and Ministerial Recruitment*, Londres, Frank Cass, 2003. V. Emilio Gentile, *Fascismo e antifascismo. I partiti italiani fra le due guerre*, Florença, Le Monnier, 2000, e o esforço mais recente de Goffredo Adinolfi, «The fascist ministerial elite», in *Portuguese Journal of Social Science*, vol. 3, n.º 2, 2004, pp. 91-102.

operativa baseada nos velhos estudos de Harold D. Lasswell (tecnocratas, «políticos», militares) para observar o peso relativo das instituições na composição da elite²¹. A mesma grelha é utilizada para os três regimes, permitindo uma comparação estimulante.

A elite ministerial do fascismo consolidado era esmagadoramente dominada por homens que tinham sido fascistas desde o início do movimento e que, na sua maioria, com a excepção dos militares, pertenciam também ao Grande Conselho Fascista. Para além do Grande Conselho, as principais vias de acesso aos cargos ministeriais eram, até à década de 30, ou as fileiras do PNF ou as federações provinciais nas quais o PNF ocupava uma posição dominante. O aparelho corporativo era outra fonte para o recrutamento da elite ministerial e aquela que viria a dominar durante a segunda metade dos anos 30. O terreno de recrutamento menos importante era o funcionalismo público e os poucos que chegavam por esse caminho estavam ainda sujeitos à aprovação das diversas organizações fascistas envolvidas na administração pública.

A remodelação da elite ministerial era prática comum e os ministros raramente permaneciam em funções durante mais de três anos. Mussolini tendia a acumular ministérios na sua própria pessoa e, por vezes, chegava a ser responsável por seis pastas diferentes. O *duce* tinha o hábito de colocar fascistas leais e da sua confiança nos importantes Ministérios do Interior e dos Negócios Estrangeiros, mas via com desconfiança o poder do PNF, subordinando-o ao seu controlo e limitando o seu acesso ao Estado.

A concepção de que os ministros «eram apenas colaboradores técnicos do chefe de governo» foi progressivamente promovida, ainda que isto não signifique que uma carreira exclusivamente burocrática tivesse sido de algum modo transformada numa via de acesso preferencial para um cargo ministerial. O estudo de Lewis confirma Emilio Gentile quando este afirma que «a fé política anteriormente demonstrada através da militância no PNF e da obediência às ordens do partido prevalecia sempre sobre o princípio da competência técnica» na selecção da elite²². O partido fascista e as suas organizações para-estatais continuariam a ser factores determinantes no acesso a uma carreira ministerial, mesmo quando o poder dos ministérios era limitado pelo ditador e pelo partido único.

Não surpreende que o «Portugal de Salazar tenha optado pelo extremo oposto», com um governo dominado por tecnocratas, com Franco algures no meio (p. 180). O interessante no estudo de Lewis é que este ilustra bem o peso maior do PNF na selecção da elite, o rápido abandono do carácter

²¹ Harold D. Lasswell e Daniel Lerner (eds.), *World Revolutionary Elites: Studies in Coercive Ideological Movements*, Cambridge, MA, MIT Press, 1965.

²² Gentile, *Fascismo*, p. 240.

de coligação dos governos fascistas e um tipo de liderança mais centralizadora. Como afirma Lewis, «mais do que Franco ou Salazar, ele [Mussolini] dirigia um *one man show*» (p. 184). O relativamente alto número de ministros sem educação universitária no fascismo (21,8%) ilustra também a maior predominância do activismo político perante o elitismo social e profissional, mais presente nas ditaduras de Franco e Salazar, embora seja exagerado afirmar que «o fascismo de Mussolini foi o mais anti-*establishment* de todos» (p. 193).

No final de *The Anatomy of Fascism*, Paxton faz o balanço da «revolução fascista» em volta da relação entre programa e praxis: pouco anticapitalismo e uma estrutura social largamente intacta. «Em nenhum outro domínio as propostas iniciais do fascismo diferiram mais das práticas dos regimes fascistas do que na política económica» (p. 145). Mas o mesmo não se passa no campo do enquadramento totalizante da sociedade civil. Paxton é talvez excessivo quando afirma que os «regimes fascistas procuraram redesenhar tão radicalmente as fronteiras entre o privado e o público que a esfera privada quase desapareceu» (p. 144). Mas parece óbvio que está aqui uma área onde os regimes fascistas diferem das restantes ditaduras de direita do período. Como salienta Musiedlack, foi preciso esperar muitos anos de debates historiográficos «para ver o partido fascista, que em 1942 enquadrava mais de 27 milhões de italianos, recuperar o lugar que era o seu: a chave do dispositivo da organização do totalitarismo fascista» (p. 303).

Paxton ilustra também a pulsão radicalizadora do fascismo no poder através de uma análise do seu tema e agentes no quadro dos dois regimes, mas será que «a fase da radicalização nos mostra o fascismo no seu aspecto mais distintivo»? (p. 169). Aqui, como vimos atrás, não obstante os dois diferentes estilos de governação, a relação entre o líder e o «exército de seguidores» é o motor. «Os regimes fascistas abraçam os impulsos radicalizadores provenientes das bases» (p. 153), mas as *guerras* expansionistas parecem ser o elemento determinante. Se, no caso nazi, a questão não oferece dúvidas, só mais recentemente estes aspectos foram «agrupados» pela historiografia como símbolos da radicalização interna do regime italiano: guerra da Etiópia, «salto totalitário (*svolta totalitaria*)»; legislação racista contra judeus, ainda que sem comparação em grau com o seu congénere alemão²³. Nesta derradeira fase, escreve Paxton, «a comparação é praticamente impossível: só um regime fascista a alcançou verdadeiramente» (p. 169).

Se bem que a tomada do poder só tenha sido possível com o apoio de outros grupos conservadores e autoritários, a natureza da chefia e a sua relação com o partido parecem ser a variável fundamental. Como numerosos

²³ V., já nesta linha, Franklin Hugh Adler, «Why Mussolini turned on the jews», in *Patterns of Prejudice*, vol. 39, n.º 3, 2005, pp. 285-300.

historiadores fizeram notar, o elemento crucial é «em que medida a componente fascista se emancipou da predominância inicial dos seus protectores conservadores tradicionais e em que medida se afastou — uma vez no poder — das formas/objectivos convencionais da política para seguir uma direcção mais radical»²⁴.

Quer Mann, quer Paxton, produziram excelentes estudos comparativos, integrando os mais recentes estudos empíricos e oferecendo hipóteses interpretativas relevantes. O primeiro sobre as condições de crescimento dos movimentos fascistas e o segundo sobre os processos da tomada do poder e sobre a natureza dos regimes. Mas, sobretudo, o segundo realizou um conseguido exercício de caracterização das «tensões» de funcionamento dos regimes fascistas, principal especificidade do que chamamos «regimes fascistas».

²⁴ Aristotle A. Kallis, «The 'regime-model' of fascism: a typology», in *European History Quarterly*, vol. 30 (1), 2000, pp. 96-97; v. também Carl Levy, «Fascism, national socialism and conservatives in Europe, 1914-1945: issues for comparativists», in *Contemporary European History*, 8, 1 (1999), pp. 97-126.